

PRÁTICAS TURÍSTICAS E GOVERNANÇA NA APA DE PIAÇABUÇU (ALAGOAS BRASIL)

Eduina Bezerra França⁴²; José Wellington Carvalho Vilar⁴³

EIXO TEMÁTICO: Gestão de Destinos Turísticos: Sistemas, Processos e Inovação (DTPI)

Resumo:

O turismo é uma prática social e econômica que por meio da apropriação do espaço natural e cultural pode gerar impactos ambientais. Práticas turísticas sob a ótica da governança, ou seja, a instância democrática e participativa, direciona as estratégias e as possibilidades de um turismo sustentável e pode contribuir para o desenvolvimento em várias escalas. O objetivo do presente artigo é identificar as práticas turísticas na APA de Piaçabuçu, situada no litoral sul de Alagoas. A metodologia do trabalho envolveu o uso dos seguintes instrumentos metodológicos: levantamento bibliográfico e documental, visita de campo e informações com agência de turismo local. A APA de Piaçabuçu possui um turismo desordenado que apresenta pontos negativos no tocante aos impactos ambientais e positivos no que se refere à geração de empregos, preservação cultural e oferta de lazer.

Palavras-chave: turismo, governança, unidade de conservação.

1 Introdução

No Brasil, a valoração e valorização dos espaços litorâneos tem influenciado à prática do turismo de forma expressiva e constante nas últimas décadas. O turismo é uma prática social e econômica que por meio da apropriação do espaço natural e cultural pode contribuir para o desenvolvimento na escala local, regional e nacional. No entanto, a ausência ou as dificuldades de implementação de políticas públicas e o uso desordenado do espaço tendem a degradar e modificar as paisagens e gerar conflitos. Nesse sentido, é necessário promover o desenvolvimento local com práticas turísticas sob a ótica da governança, ou seja, a instância democrática e participativa que direciona

as estratégias e as práticas turísticas locais.

O litoral de Alagoas possui grande potencial turístico, contempla diversos segmentos, com ênfase no modelo de sol e praia e no ecoturismo, e segundo os órgãos oficiais do Estado está dividido em quatro regiões: Costas dos Corais; Metropolitana; Lagoas e Mares do Sul; e Caminhos do São Francisco. Esse último setor da regionalização turística, inclui o município de Piaçabuçu, onde está localizada a Área de Proteção Ambiental (APA) de Piaçabuçu que compreende uma faixa litorânea com praias, campos de dunas e a foz do São Francisco. O turismo local se desenvolve a partir dos atributos de beleza cênica, da atratividade paisagística, de produtos e rotas turísticas e também pela força

42 Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS); Bolsista CAPES; Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC/ IFS); Membro do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Estudos Ambientais e Cartográficos (LEAC/ UNEAL); E-mail: eduina.franca@hotmail.com

43 Doutor em Ordenamento Territorial, Universidade de Granada (Espanha); Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/ UFS); Professor do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR-IFS) E-mail: wvilar@yahoo.com.br

da cultura local e da gastronomia, uma vez que abriga o maior banco de camarões do Nordeste (ALAGOAS, 2015).

Nesse contexto, objetivo do presente artigo é identificar as práticas turísticas na APA de Piaçabuçu, situada no litoral sul de Alagoas. Atualmente, a referida APA enfrenta alguns desafios, quer seja, no tocante às políticas públicas voltadas para o turismo, monitoramento e participação dos envolvidos no gerenciamento costeiro, quer seja do ponto de vista das competências e de sua organização enquanto unidade de conservação (UC).

2 Metodologia

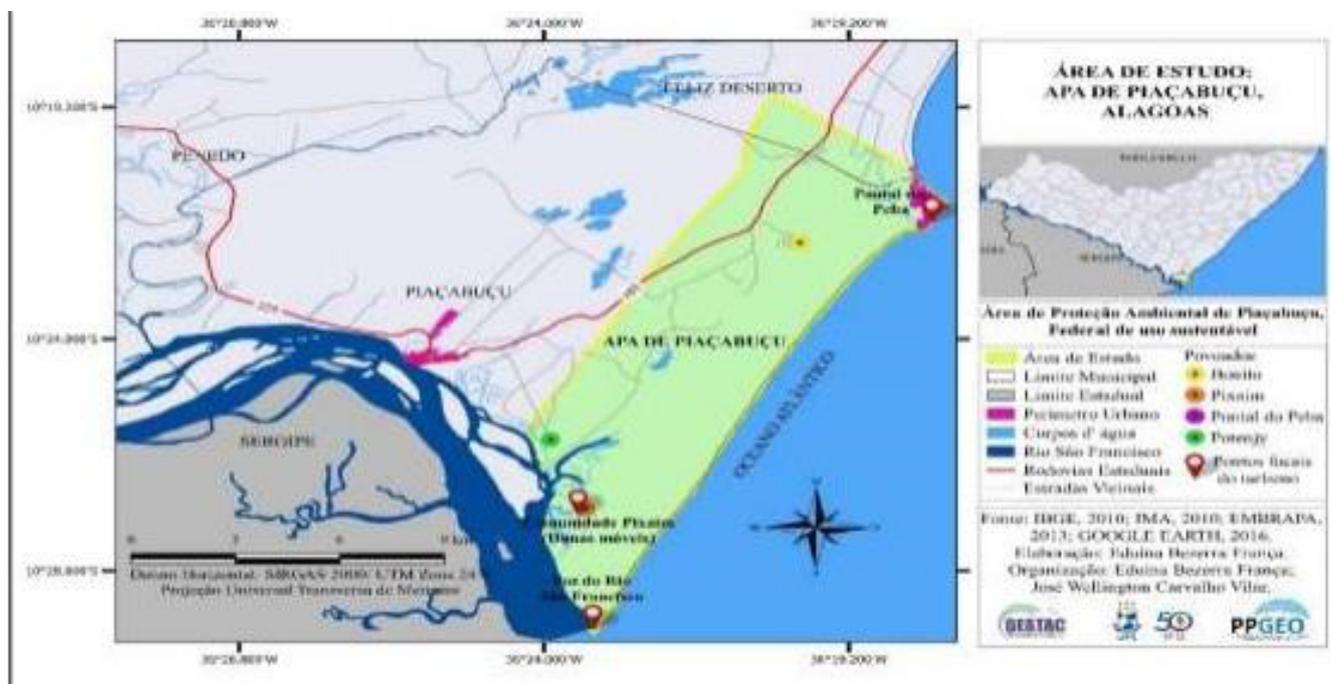
O desvelo da pesquisa se deu de forma exploratória, uma vez que esse tipo de investigação permite uma aproximação do pesquisador com o problema e a área estudada, com vistas a torná-lo mais preciso (MARCONI; LAKATOS, 2003; PRODANOV; FREITAS, 2013). Por se tratar de um planejamento flexível sob diferentes ângulos, envolveu o uso dos seguintes instrumentos metodológicos: levantamento bibliográfico e documental, visita de campo e informações com agência de turismo local. Foi

realizada também análise documental em órgãos públicos tais como: Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA) e Governo do Estado de Alagoas.

A APA de Piaçabuçu é uma UC federal de uso sustentável, gerenciada pelo ICMBio, e criada em 1983 com o intuito de proteger quelônios marinhos e aves e possibilitar a fixação de dunas costeiras. A categoria APA visa conciliar os usos e ocupações do solo, possibilitando assim o ordenamento territorial (OT), entendido como política que busca coerência espacial com à realidade social.

A área abrange setores rurais e urbanas do município de Piaçabuçu, e as porções de terra mais adensadas demograficamente no interior da APA compreendem o Distrito Pontal do Peba e os povoados Potengy, Bonito e Pixaim. Vale destacar que o Pontal do Peba, o povoado Pixaim, com suas dunas móveis, e a foz do São Francisco são os pontos focais de práticas do turismo. Sua economia é movimentada principalmente pela atividade de pesca e complementada pelo turismo (ICMBIO, 2010; ALAGOAS 2015). (Figura 1)

Figura 3 - Mapa de Localização da Área de Estudo: Pontos focais de práticas Turísticas na APA de Piaçabuçu.



Elaboração: Eduina Bezerra França, 2018.

3 Resultados e Discussão

O turismo é um dos setores que mais dinamiza a economia nordestina, qualificado como veículo para o desenvolvimento regional sustentável devido ao potencial de geração de empregos e renda (MORAES, 2007). A partir

dos anos 80 o setor turístico no Brasil tem buscado incentivos governamentais e privados uma vez que a atividade tem esbarrado em estruturas e serviços deficitárias ou mesmo inexistente. Ademais, buscou-se a participação das comunidades locais envolvidas e diretamente impactadas

(MELO E SOUZA, 2007). Seja como for, é preciso considerar que o bom funcionamento do território contribui fortemente para o sucesso da atividade e ao mesmo tempo requer práticas da governança que dependem da reciprocidade de interesses, sobretudo das parcerias em relação a colaboração preexistente nos processos decisórios.

Conforme Ferrão (2010), a governança pressupõe uma democracia de soluções possibilitando maiores participações e deliberações. Ainda para o referido autor, os mecanismos de governança no contexto das políticas de ordenamento territorial e turístico refletem uma visão colaborativa e estratégica que pressupõem maior cooperação entre atores tanto de base territorial quanto setorial.

Assim sendo, a governança abrange as instâncias que vão além do Estado, a capacidade de articulações e interação participativa entre comunidade, instituições privadas e públicas, sociedade civil e políticas públicas.

Os maiores desafios ao se estabelecer a governança no setor turístico, sobretudo na gestão costeira e de UC, estão vinculados à falta de descentralização e participação. Conforme Costa e Toni (2007), o turismo impõe inúmeros obstáculos para a governança, entre eles destacam-se o fluxo frente ao tamanho da população dos destinos, os espaços vulneráveis e os conflitos ambientais que dificultam o seu desenvolvimento, gerando desafios estratégicos para cada segmento. (Quadro 1).

Quadro 1 - Características Turísticas e os desafios para governança dos destinos turísticos.

Dependente de outros setores e outros recursos (natural, cultural, econômico)	Integração de processos de planejamento, identificação de valores e limites de mudanças aceitáveis
Focado em certas localidades, ecossistemas frágeis e culturas sensíveis	Identificação e proteção de fatores chaves (patrimônio natural e cultural, permissão de acesso)
Turistas não são normalmente familiarizados com as normas e valores locais	Controle do turismo e turistas, monitoramento de conduta, mudança de público. Definição de limites e educação de locais e turistas para os limites locais
Turismo divide infra-estrutura com outros setores	Planejamento de infra-estrutura para atender a turistas e locais
Turistas e operadores são aversos ao risco e dispõem de grande mobilidade	Antecipação e prevenção de incidentes que podem prejudicar o turista e o setor
Turistas têm demandas específicas	Controle de importação de bens e serviços para o turismo e desenvolvimento de produtos locais
Significativas diferenças de status econômicos entre turistas e locais	Considerações de equidade, controle de impactos sociais negativos
O setor é composto por inúmeros agentes	Facilitação de cooperação entre setor privado, governo, comunidade e impulso às iniciativas de cooperação
Propriedade e gestão por parte de estrangeiros ou forasteiros	Controle de impactos na economia, benefícios revertidos para o local, imagem do destino
Destinos turísticos podem ultrapassar fronteiras jurisdicionais	Desenvolvimento de instituições que tratem de questões supra-fronteiriças
Para muitos turistas, um dos maiores valores está na liberdade de ação e acesso	Implementação de controles que respeitem valores locais e não ofendam visitantes
O turismo possui um controle muito disperso	Definição de líderes, responsáveis e modos de articulação

Fonte: Mannig (1998). Adaptado por Costa e Toni (2007).

O turismo de Piaçabuçu teve início na década de 80, e se fortaleceu no final da década de 90 com as embarcações locais que se convertiam em meio de transporte para as excursões de visitantes com destino à foz do rio São Francisco, um atrativo natural valorizado e conhecido nacional e internacionalmente. Inicialmente, esse fortalecimento se constituiu a partir de um projeto social formado por guias mirins nativos que posteriormente resultou na

fundação da Associação de Informantes de Turismo de Piaçabuçu/ AL (AITP) (TORRES E RAMOS, 2015).

O turismo tem grande potencial para práticas de preservação e conservação na APA de Piaçabuçu, no entanto a atividade ainda é carente de regulamentação e normatização e aponta características de um turismo desordenado que promove a degradação e gera conflitos de uso e ocupação do espaço (ICMBIO, 2010).

A APA de Piaçabuçu possui um índice muito elevado de potencial turístico, e incide também sobre o Pontal do Peba sob domínio de coco, da pesca e da praia como forte elemento de atração no segmento (ANDRADE E CALHEIROS, 2003). O turismo se estende a três setores espaciais de abrangência: o Pontal do Peba, a foz do rio São Francisco e a comunidade Pixaim com suas dunas móveis.

O Pontal do Peba possui 25km² composto de faixa de praia, dunas arenosas, gramíneas, mata de restinga, lagoas costeiras e manguezais (ICMBIO, 2010). O lugar apresenta procura pelos turistas em decorrência da oferta de tranquilidade, de lazer, da natureza dominada pela praia e pelas dunas, da pesca e da aposta na cultura familiar local. Geralmente a estadia é localizada na casa de amigos e/ou residências particulares, mas alguns optam por pousadas (ECKERT, 2017).

De acordo com ECKERT (2017), são identificados três tipos de turistas no Pontal do Peba: turistas que utilizam casas de veraneio de terceiros (casas alugadas) ou pousadas; turistas de segunda residência que utilizam a casa de veraneio em finais de semana, feriados ou período de férias; e turistas excursionistas que utilizam a praia durante o dia, permanecendo menos de 24h. Para o referido autor, a atividade no Pontal do Peba é desordenada e se faz necessário políticas e ações dos setores públicos e privados para o desenvolvimento local que abordem a educação e a conservação ambiental, bem como informe sobre a proteção e preservação da área.

A praia do Pontal do Peba pode ser caracterizada como turismo de sol e praia constituída de atividades de recreação, entretenimento e/ou descanso em função da presença de água, sol e calor, em relação direta com a pesca artesanal. Além disso, as características do turista compreendem os usuários da praia motivados pelo descanso, lazer, novas experiências e vivências interativas com participação da comunidade local (BRASIL, 2010).

A foz do rio São Francisco atrai turistas de diferentes partes do mundo e é a área que possui maior fluxo turístico na APA durante o ano. A comunidade Pixaim por ser mais próxima à foz e se localizar sobre o campo de dunas manifesta nos turistas o interesse de visitação ao local. “Quando o ponto de vista é a foz do São Francisco, Pixaim quase sempre escapa à busca panorâmica, pois inscreve-se discretamente como uma lacuna da paisagem no olhar do viajante” (ZAMBI, 2017, p. 127).

A foz do rio São Francisco é um destino turístico consolidado, mas por não haver fiscalizações e controle no espaço muitas agências comercializam o produto sem restrições. A falta de planejamento e monitoramento gera

sérios impactos ambientais negativos. Em contrapartida, a área favorece o contato direto entre o visitante com a natureza e com a cultura local que se processa através da culinária, do contato com as comunidades ou pela vivência com os artesões.

O povoado Pixaim, com seu vasto campo de dunas, provoca a curiosidade de muitos visitantes que se revela pela capacidade de entender as ações da natureza e pela preservação e composição de uma paisagem singular habitada. “Pixaim coloca-se como um lugar privilegiado para se identificar emblemas, símbolos e sinais que representam o povoado, nos ambientes virtuais e físicos, que se destinam à promoção do turismo ecológico” (ZAMBI, 2017, p. 130).

Vale salientar que existem inúmeras possibilidades para chegar até as localidades da foz e da comunidade que depende do local de partida do viajante. A maioria dos turistas vão até a cidade de Piaçabuçu, são conduzidos de barco até à foz e seguem destino à comunidade, outros, optam por sair de Penedo de barco em direção à foz, ou ainda preferem sair de Pontal do Peba no passeio de buggy passando entre as dunas e a comunidade com destino à foz do rio São Francisco.

Atualmente, as agências de Sergipe e Alagoas são responsáveis por fazer o trajeto com o turista, uma vez que se faz necessário o uso de transportes específicos. Assim sendo, são ofertados os seguintes meios de transporte para deslocamento turístico: passeio de barco, passeio de lancha, passeio da rota dourada e da rota dourada plus, esse último é identificado como o mais completo com passeio de buggy e barco, paradas para desfrutar as dunas (Ski Bunda e Ski Pança) e visitar a comunidade Pixaim, geralmente acompanhada de almoço com pratos regionais.

Conforme o zoneamento proposto no Plano de Manejo da APA, foram definidos os seguintes espaços e tipos de turismo: zona de turismo ecológico que abrange a foz do rio São Francisco e possibilita a contemplação da paisagem, a caminhada, educação ambiental e o banho; zona de turismo socioambiental comunitário que se estende a comunidade quilombola, no povoado Pixaim, local que abrange o ecossistema de dunas móveis e que permite trilhas interpretativas, educação ambiental, turismo apenas de base comunitária, pesquisa, contemplação de aves e paisagem, além de poço de água potável e instalações de módulos sanitários de forma adequada para o local (ICMBIO, 2010); e Zona de turismo de sol e praia no Pontal de Peba. Nesse contexto, a APA de Piaçabuçu pode ser interpretada por três tipologias turísticas: turismo ecológico, turismo socioambiental comunitário e turismo de sol e praia (Figura 2).

Figura 2 - Mapa de identificação turística.



Fonte: ICMBIO, 2010. Adaptação: Eduina Bezerra França, 2018.

De acordo com o Plano de Manejo, são os seguintes pontos frágeis e desordenados territorialmente na APA: as ocupações; o comércio e o turismo na Foz do São Francisco sem controle, o tráfego intenso de automóveis na praia em especial no Pontal do Peba e a possível ameaça da especulação imobiliária que pode transformar a região em um turismo de massa e comprometer as condições de Preservação da APA (ICMBIO, 2010).

4 Conclusões

O aumento do fluxo turísticos pode acarretar em quadros problemáticos no setor ambiental, estrutural e simbólico, tais como perda de identidade natural/ambiental e sociocultural. Esse cenário repercute no (des)ordenamento territorial e implica na necessidade de novas práticas gerenciais e configurações organizacionais que possibilitem uma gestão mais democrática e participativa em áreas de proteção ambiental e que atenda o interesse turístico, com o intuito da proteção da natureza e conservação dos recursos naturais e culturais.

A APA de Piaçabuçu apresenta problemas de usos, ocupações e práticas turísticas desordenadas tais como: impactos ambientais, ocupações irregulares, tráfego intenso de automóveis em praias e comércio e turismo descontrolado. São pontos fortes em termos de turismo a geração de empregos e a perspectiva de preservação

cultural e de conservação do meio ambiente.

Referências

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Propostas para o desenvolvimento de um turismo sustentável em Alagoas/Alagoas**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2015.

ANDRADE, Esdras de Lima; CALHEIROS, Silvana Quintella Cavalcanti. Áreas potenciais para o turismo no litoral sul alagoano. Uma análise preliminar por geoprocessamento. **Anais XI SBSR**, Belo Horizonte, Brasil, 05-10 abril 2003, INPE, p. 543-550.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sol e Praia: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 2.ed., Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

COSTA, Helena Araújo; TONI, Fabiano. Desafios para governança em destinos turísticos e roteiros integrados.

Anais do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, ANP-TUR, UAM- 27 a 28 de agosto de 2007.

ECKERT, Natali Oliveira Santos. **Percepção ambiental: um estudo do significado das tartarugas marinhas no Pontal do Peba, Alagoas.** 2017. 116f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente)- Universidade Tiradentes, Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente, Aracaju, 2017.

FERRÃO, João. Governança e ordenamento do território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e planejamento**, v. 17, 2010, p. 129-139.

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Área de Proteção Ambiental, Plano de Manejo. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO E SOUZA, Rosemeri. **Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade.** São Paulo: Annablume; Geoplan, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro.** 2. ed., São Paulo: EDUSP-HUCITEC, 2007.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico [recurso eletrônico]: **métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TORRES, Francismara Costa; RAMOS, Silvana Pirillo. Conduzindo visitantes na foz do rio São Francisco: o caso de associação dos informantes de turismo de Piaçabuçu-AL. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Ano XVII, ed. especial, Salvador, BA, dez. 2015, p. 574-589.

ZAMBI, Maria Madalena. **Representações moventes: um estudo sobre Pixaim, a comunidade das dunas da**

foz do rio São Francisco, AL. 2017. 179f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.